

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RIO FORMOSO-PE**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: Chamada Pública para o fornecimento de gêneros alimentares oriundos da Agricultura Familiar.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	3
3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO	5
5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO	6
6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES	7
7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	9
8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO	9
9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS	10
10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS	11
11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	11
12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS	12
13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO..	12

1. INTRODUÇÃO

1.1 A alimentação escolar constitui-se em uma ação estruturante de grande relevância no âmbito das políticas públicas de educação e segurança alimentar e nutricional. No município de Rio Formoso-PE, a Secretaria Municipal de Educação é responsável por garantir a oferta regular de refeições aos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, respeitando os princípios de alimentação adequada e saudável, conforme orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.2 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo embasar tecnicamente a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina a aplicação mínima de 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para esse fim. Também são observadas as diretrizes das Resoluções FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020; nº 20, de 02 de dezembro de 2020; nº 21, de 16 de novembro de 2021; bem como da Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023.

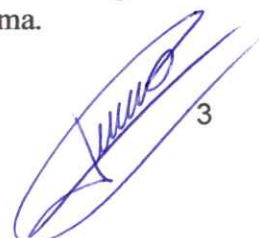
1.3 A aquisição visa, além do cumprimento das normativas legais, promover o fortalecimento da agricultura familiar local, estimular o desenvolvimento econômico e social sustentável no território, valorizar os hábitos alimentares regionais e contribuir para a melhoria da qualidade da alimentação escolar ofertada aos estudantes da educação básica municipal.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O município de Rio Formoso-PE, por meio da Secretaria Municipal de Educação, é responsável pela oferta de alimentação escolar a aproximadamente 4.200 estudantes distribuídos em 21 escolas da Rede Municipal de Ensino, abrangendo desde a Educação Infantil (Creche e Pré-escola) até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre essas unidades, destaca-se a presença de uma escola localizada em território quilombola, cuja realidade social e cultural demanda atenção especial quanto à inclusão de alimentos típicos e regionais no cardápio escolar, valorizando a identidade alimentar da comunidade.

2.2 A alimentação escolar, além de assegurar o direito à alimentação adequada, é um instrumento pedagógico fundamental para a formação de hábitos alimentares saudáveis, complementando as ações desenvolvidas nas unidades de ensino. Nesse sentido, a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar atende à necessidade de fornecer alimentos frescos, variados e de qualidade nutricional, alinhados às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e aos projetos de educação alimentar e nutricional implementados nas escolas da rede.

2.3 A inclusão de produtos da agricultura familiar também fortalece a economia local, incentiva a produção sustentável e reduz a distância entre produtores e consumidores, promovendo maior segurança alimentar e respeito à cultura alimentar regional. A contratação dos gêneros por meio de chamada pública é, portanto, essencial para atender à demanda nutricional dos estudantes, garantir a regularidade do fornecimento e cumprir os parâmetros legais e sociais do programa.



3

2.4 Descrição das Escolas e quantitativos de estudantes:

ORD	UNIDADE ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO	QUANT. DE ESTUDANTES
1.	Creche Nair Lopes de Oliveira	Rua Pedro de Albuquerque - Centro	323
2.	Creche Nelbe Lúcia Moura	Distrito Cocau	73
3.	Escola Adélia Carneiro Raposo	Assentamento Mato Grosso	47
4.	Escola Municipal Antônio Bezerra de Albuquerque	Eng. Vermelho	52
5.	Escola Municipal Dr. Armando Monteiro	Eng. Mato Grosso	63
6.	Escola Municipal Dr. Paulo Pessoa Guerra	Rua Agamenon Magalhães - Centro	641
7.	Escola Municipal Gedália Barreto Gouveia	Eng. Amaraji	58
8.	Escola Municipal Imaculada Conceição	Eng. Pedra de Amolar	35
9.	Escola Municipal Jardim Amélia Monteiro	Distrito Cocau	79
10.	Escola Municipal Jardim da Infância Dr. Clemenceau Dutra	Travessa Dom Luís - Centro	358
11.	Escola Municipal José Ferreira Barros	Eng. São Manoel	14
12.	Escola Municipal Josefa Beatriz de Aquino	Praça 7 de Fevereiro – Centro	250
13.	Escola Municipal Maria Dulce Leite Ferreira	Eng. Horizonte	34
14.	Escola Municipal Maria José Monteiro	Distrito Cocau	674
15.	Escola Municipal Maria Pereira Nascimento	Distrito Conceição	124
16.	Escola Municipal Nossa Senhora das Graças	Eng. Cachoeirinha	28
17.	Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo	Eng. Aldeia	31
18.	Escola Municipal Pedro de Albuquerque	Rua São José - Centro	1.208
19.	Escola Municipal Quilombola José Minervino Roberto	Eng. Siqueira	48
20.	Escola Municipal Santo Amaro	Eng. Primavera	54
21.	Escola Municipal São José	Eng. Espírito Santo	20

Os quantitativos apresentados acima, foram fornecidos pelo setor de Normatização atualizados em abril/2025.



4

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação dos gêneros alimentícios será realizada por meio de Chamada Pública, conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, regulamentada pelas Resoluções FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, e nº 21, de 16 de novembro de 2021. Essa modalidade visa garantir transparência e participação democrática no processo de aquisição, respeitando os princípios da economicidade, eficiência e valorização da agricultura familiar local.

3.2 Em conformidade com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, poderão participar da Chamada Pública:

3.2.1 Fornecedores Individuais, devidamente enquadrados como agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF);

3.2.2 Grupos Informais, formados por agricultores familiares organizados em grupos sem constituição jurídica formal, devendo indicar um representante legal e apresentar documentação específica conforme exigência do edital;

3.2.3 Grupos Formais, representados por cooperativas ou associações legalmente constituídas, compostas por agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, com comprovação da regularidade jurídica, fiscal e documental, conforme exigido na legislação.

3.3 A contratação respeitará o limite individual anual por agricultor ou entidade fornecedora, conforme o teto estabelecido na legislação vigente. Além disso, será priorizada a aquisição de produtos in natura, minimamente processados ou beneficiados, de acordo com o cardápio elaborado pelos nutricionistas da Rede Municipal, respeitando a sazonalidade e a disponibilidade dos alimentos no território.

3.4 A formalização da contratação ocorrerá mediante assinatura de Termo de Compromisso entre o fornecedor e a Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso, assegurando o fornecimento contínuo e a qualidade dos produtos destinados à alimentação escolar.

4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1 O município de Rio Formoso-PE possui um cenário favorável para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com a presença ativa de produtores locais organizados e uma ampla diversidade de produtos cultivados na região. Um dos principais espaços de comercialização é a Feira da Agricultura Familiar, realizada periodicamente no município, onde os agricultores expõem e vendem produtos frescos, típicos e de excelente qualidade, evidenciando o potencial produtivo local.

4.2 Além disso, o município conta com diversos agricultores assentados distribuídos em áreas de

reforma agrária, muitos dos quais já desenvolvem práticas sustentáveis de cultivo e têm experiência com fornecimento institucional de anos anteriores, seja de forma individual, seja por meio de associações ou cooperativas. Esses produtores cultivam uma ampla variedade de gêneros alimentícios, como frutas, hortaliças, tubérculos, grãos e produtos minimamente processados, o que contribui para a oferta diversificada e sazonal dos alimentos a serem utilizados na merenda escolar.

4.3 Durante o levantamento de mercado, foi constatado que há interesse e capacidade técnica por parte dos agricultores em atender à demanda da alimentação escolar, especialmente com o devido acompanhamento e orientação da gestão municipal quanto aos critérios exigidos para participação na Chamada Pública, como regularização documental, certificações e padrões de qualidade.

4.4 Dessa forma, verifica-se a viabilidade de atendimento da demanda do PNAE por meio da agricultura familiar local, o que reforça o compromisso da administração municipal com a valorização do território, a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento da economia solidária no campo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

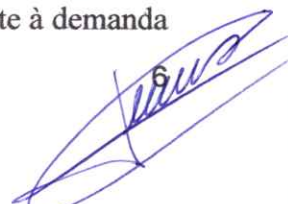
5.1 A solução proposta consiste na realização de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, com a finalidade de atender às necessidades nutricionais dos cerca de 4.200 estudantes matriculados nas 21 escolas da Rede Municipal de Ensino de Rio Formoso, compreendendo desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos.

5.2 A iniciativa visa assegurar a aplicação mínima de 30% dos recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na compra de alimentos produzidos localmente, conforme preveem a Lei nº 11.947/2009 e a Resolução FNDE nº 06/2020. A contratação poderá ocorrer com fornecedores individuais, grupos informais ou grupos formais (associações e cooperativas), desde que observados os critérios legais e documentais exigidos.

5.3 A proposta está alicerçada em um diagnóstico que demonstra a capacidade produtiva do município, evidenciada pela existência de uma feira da agricultura familiar ativa, bem como pela presença de diversos agricultores assentados com produção diversificada e potencial de fornecimento regular. Essa estrutura local favorece a construção de uma cadeia de abastecimento curta, eficiente e alinhada às diretrizes de segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a economia rural e fomentar a permanência do homem no campo.

5.4 A alimentação escolar em Rio Formoso já é compreendida como uma ação estratégica e pedagógica, integrando-se aos projetos escolares voltados à promoção de hábitos alimentares saudáveis e à valorização da cultura alimentar regional. A inclusão de produtos da agricultura familiar, contribui para o respeito à identidade cultural e para a diversidade do cardápio escolar.

5.5 Portanto, a contratação da agricultura familiar por meio de chamada pública representa uma solução viável, sustentável e legalmente amparada, capaz de atender de forma eficiente à demanda



da alimentação escolar, promovendo benefícios sociais, nutricionais, econômicos e ambientais para o município.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Com base no estudo técnico elaborado de acordo com o histórico de consumo, chegou-se aos quantitativos a seguir alinhados às quantidades estimadas para a utilização nas unidades escolares.

Nº	GÊNEROS	APRES	QTD	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1.	ABACAXI – produto de primeira qualidade, semi maduro, tamanho médio, fresco, limpo, com coloração própria, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	UND	2.000	R\$ 6,41	R\$ 12.822,86
2.	ALFACE - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacto. Devendo ser bem desenvolvidos, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. Produto sem sujidades, separados em molhos de 0,200gr cada.	UND	5.000	R\$ 3,10	R\$ 15.514,29
3.	BANANA PRATA – produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	UND	20.000	R\$ 1,04	R\$ 20.875,00
4.	BANANA COMPRIDA – produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. Pesando aproximadamente 120g por unidade.	UND	7.000	R\$ 2,78	R\$ 19.470,00
5.	BATATA DOCE - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	KG	4.000	R\$ 5,91	R\$ 23.640,00
6.	CARÁ - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacto. Devendo ser bem desenvolvidos, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	KG	4.000	R\$ 7,14	R\$ 28.554,29
7.	COCO SECO RALADO - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. O coco seco deverá ser ralado e embalado em sacolas plásticas, identificadas, atóxicas.	UND	500	R\$ 7,42	R\$ 3.712,14
8.	COENTRO – produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacto. Devendo ser bem desenvolvidos, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. Produto sem sujidades, separados em molhos de 0,200gr cada.	MOLHO	3.500	R\$ 3,32	R\$ 11.635,00
9.	FARINHA DE MANDIOCA - seca, fina, ligeiramente torrada, isenta de sujidades, parasitas ou larvas, acondicionada em saco plástico atóxico de 1Kg.	KG	500	R\$ 10,16	R\$ 5.080,83
10.	JERIMUM - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacto. Devendo ser bem desenvolvidos, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	KG	1.000	R\$ 4,98	R\$ 4.982,86

7
[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Agamenon Magalhães, 52 – Centro
seceducarioformos@gmail.com

11.	LARANJA PÊRA - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme. Devendo ser bem desenvolvidas com a polpa firme e intacta, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. Livre de fertilizantes, parasitas, larvas, entre outros.	UND	5.000	R\$ 1,18	R\$ 5.885,71
12.	MACAXEIRA SEM CASCA - produto de primeira qualidade, tamanho médio, fresco, limpo, com coloração própria, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	KG	6.000	R\$ 9,66	R\$ 57.980,00
13.	MAMÃO PAPAIA - produto de primeira qualidade, tamanho médio, coloração uniforme, intacto, semi maduro. Devendo ser bem desenvolvidos, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas.	KG	2.000	R\$ 6,24	R\$ 12.477,14
14.	MELANCIA - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas. Está em perfeita condição de conservação e maturação.	KG	5.000	R\$ 3,13	R\$ 15.628,57
15.	MILHO IN NATURA – produto in natura de primeira qualidade, com porte médio/grande. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, sem enfermidades e inconformidades que alterem a aparência e qualidade da espiga.	UND	5.000	R\$ 2,60	R\$ 12.980,00
16.	POLPA DE FRUTA – SABOR CAJÚ - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.	KG	3.000	R\$ 14,35	R\$ 43.050,00
17.	POLPA DE FRUTA – SABOR GOIABA - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.	KG	3.000	R\$ 16,08	R\$ 48.240,00
18.	POLPA DE FRUTA – SABOR ACEROLA - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.	KG	3.000	R\$ 18,18	R\$ 54.540,00
19.	POLPA DE FRUTA – SABOR MANGA - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.	KG	3.000	R\$ 15,78	R\$ 47.340,00
20.	POLPA DE FRUTA – SABOR CAJÁ - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve	KG	3.000	R\$ 20,38	R\$ 61.140,00

	ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.				
21.	POLPA DE FRUTA – SABOR GRAVIOLA - produto pasteurizado, produzido com água potável tratada e sem adição de açúcar. Deve ser entregue congelada. Com aspectos de cor, sabor e odor característicos de cada fruta específica. Deve ser embalada em embalagens de plásticos transparentes atóxico, de 1 kg cada. Com especificação de ingredientes, data de fabricação e validade, registrado pelo órgão competente, Nº de inspeção municipal e/ou Vigilância Sanitária.	KG	3.000	R\$ 19,83	R\$ 59.490,00
22.	BOLO DE MASSA DE MANDIOCA - PRODUTO FEITO A BASE DA RESPECTIVA FRUTA/FRUTO/RAIS - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve ser entregue em embalagens únicas (porção por unidade de bolo), com data de fabricação e/ou validade, lista de ingredientes, e registrado por quem fabricou.	KG	500	R\$ 31,00	R\$ 15.498,75
23.	BOLO DE MILHO – PRODUTO FEITO A BASE DA RESPECTIVA FRUTA/FRUTO/RAIS - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve ser entregue em embalagens únicas (porção por unidade de bolo), com data de fabricação e/ou validade, lista de ingredientes, e registrado por quem fabricou.	KG	500	R\$ 31,00	R\$ 15.498,75
24.	BOLO DE BANANA - PRODUTO FEITO A BASE DA RESPECTIVA FRUTA/FRUTO/RAIS - produto de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, intacta. Devendo ser bem desenvolvidas, sem danos mecânicos, fisiológicos, do transporte, de pragas e/ou insetos. Deve ser entregue em embalagens únicas (porção por unidade de bolo), com data de fabricação e/ou validade, lista de ingredientes, e registrado por quem fabricou.	KG	500	R\$ 33,33	R\$ 16.666,67

As cotações foram realizadas em diversos estabelecimentos como, CEASA, Supermercado local, Feira da Agricultura Familiar, associações de agricultores locais, além de alguns agricultores individuais (Anexo 01), sendo assim, realizada a média de preços por item.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado total é de R\$ 612.702,86 (seiscentos e doze mil, setecentos e dois reais e oitenta e seis centavos) referente aos itens que constam neste ETP, que fundamentam a estimativa de preços para a contratação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar será realizada de forma parcelada, conforme previsto no art. 40, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o parcelamento como regra, salvo comprovada inviabilidade técnica ou econômica. Tal medida visa ampliar a competitividade, garantir a economicidade e favorecer a

participação de diferentes agricultores familiares, grupos informais e organizações formais locais.

8.2 No caso específico da alimentação escolar, a necessidade de aquisição de produtos diversos como frutas, hortaliças, raízes, grãos, farináceos, entre outros, e a sazonalidade da produção agrícola justificam a divisão da contratação por grupos de alimentos ou lotes, possibilitando que produtores especializados em determinados itens possam participar de forma mais adequada ao seu perfil produtivo.

8.3 Além disso, o parcelamento contribui para a eficiência logística na entrega dos produtos, reduzindo perdas e assegurando maior qualidade e frescor dos alimentos, uma vez que permite entregas mais frequentes e localizadas. A medida também favorece a inclusão produtiva de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, como a existente nos territórios quilombolas no município, fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável.

8.4 Portanto, o parcelamento da contratação é técnica e economicamente viável, sendo recomendado como estratégia de ampliação da participação e fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do PNAE.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

9.1 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso já realizou de forma regular, a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar por meio de processos próprios, com recursos oriundos do PNAE e do orçamento municipal. Em anos anteriores, foram realizadas chamadas públicas com participação de fornecedores da agricultura familiar, principalmente por meio de cooperativas locais e agricultores individuais, o que gerou impactos positivos na economia local e na qualidade dos alimentos ofertados.

9.2 Essas contratações anteriores demonstraram a viabilidade técnica da aquisição via agricultura familiar, especialmente no que se refere à capacidade de fornecimento, variedade de produtos, logística de distribuição e cumprimento dos critérios nutricionais estabelecidos pelos cardápios escolares.

9.3 Ressalta-se que, até o presente momento, não há sobreposição ou duplicidade de objeto contratual com outras secretarias municipais, como Saúde ou Assistência Social, que atuam com escopos distintos e com fontes de financiamento específicas. Contudo, a experiência adquirida nas contratações anteriores é considerada como referência para a elaboração do presente processo, permitindo o aprimoramento dos critérios de seleção, acompanhamento e fiscalização dos fornecedores.

9.4 Assim, este Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se também na análise de contratações correlatas, que servem como parâmetro para assegurar a legalidade, viabilidade e eficiência da nova chamada pública que será realizada.



10

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a execução da presente contratação, espera-se alcançar resultados significativos tanto no âmbito educacional e nutricional quanto no desenvolvimento socioeconômico local. O principal objetivo é assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente no que se refere à destinação de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, conforme estabelece a Lei nº 11.947/2009 e normativas complementares.

10.2 No campo da alimentação escolar, pretende-se garantir a oferta regular, variada e de qualidade de alimentos saudáveis, respeitando as exigências nutricionais específicas de cada faixa etária e etapa de ensino, bem como os hábitos alimentares e a cultura local, inclusive das comunidades tradicionais, como a quilombola presente no município. Essa prática contribuirá diretamente para a melhoria do estado nutricional e do rendimento escolar dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, além de reforçar os projetos pedagógicos voltados à promoção de bons hábitos alimentares nas escolas.

10.3 Além disso, a contratação visa fomentar o desenvolvimento econômico local, promovendo a inclusão produtiva dos agricultores familiares, o fortalecimento da economia solidária e a valorização das práticas sustentáveis no campo. Ao incentivar o consumo de alimentos produzidos no próprio território, a iniciativa contribui para a geração de renda no meio rural, estimula a permanência das famílias no campo e reforça os vínculos entre escola, comunidade e produção local.

10.4 Dessa forma, os resultados esperados transcendem o simples fornecimento de alimentos, consolidando-se como uma política pública integrada, que alia educação, saúde, cidadania e desenvolvimento regional sustentável.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Para garantir a legalidade, a efetividade e a eficiência da contratação de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Formoso deverá adotar, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

- 11.1.1 Elaboração e Publicação do Edital da Chamada Pública;
- 11.1.2 Constituição da Comissão de Chamada Pública;
- 11.1.3 Aprovação do Projeto de Venda e Verificação da Documentação;
- 11.1.4 Análise Técnica e Nutricional dos Produtos Ofertados;
- 11.1.5 Planejamento Logístico e Armazenamento;
- 11.1.6 Elaboração e Assinatura dos Termos de Compromisso.

11.2 Ao adotar essas providências de forma planejada e transparente, a administração pública assegurará o cumprimento dos objetivos da política de alimentação escolar, com respeito à legislação vigente e valorização da agricultura familiar local.



12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1 A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar no município de Rio Formoso-PE está alinhada aos princípios da sustentabilidade ambiental. Contudo, é fundamental reconhecer e mitigar possíveis impactos ambientais associados à produção e distribuição desses alimentos.

12.1.1 Possíveis Impactos Ambientais:

- A aplicação excessiva de agrotóxicos e fertilizantes químicos pode contaminar o solo e os recursos hídricos;
- O transporte dos produtos até as escolas pode contribuir para a emissão de CO₂, especialmente se as distâncias forem significativas;
- O descarte inadequado de embalagens e resíduos orgânicos pode causar poluição e atrair vetores;
- A expansão desordenada das áreas de cultivo pode levar à supressão de vegetação nativa.

12.1.2 Medidas Mitigadoras:

- Incentivar práticas agrícolas sustentáveis, como o uso de compostagem, controle biológico de pragas e rotação de culturas, reduzindo a dependência de insumos químicos;
- Planejar rotas de entrega otimizadas para minimizar as distâncias percorridas e, consequentemente, as emissões de gases poluentes;
- Implementar programas de coleta seletiva nas escolas e promover a compostagem dos resíduos orgânicos, transformando-os em adubo para hortas escolares;
- Desenvolver atividades educativas com estudantes e agricultores sobre a importância da conservação ambiental e práticas agrícolas sustentáveis.

12.2 Essas medidas, reafirmam o compromisso com a promoção de uma alimentação escolar saudável e ambientalmente responsável, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após análise criteriosa das necessidades da Rede Municipal de Ensino de Rio Formoso-PE, das características da oferta local da agricultura familiar, dos aspectos legais, técnicos, nutricionais, logísticos, ambientais e das experiências anteriores no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conclui-se que a contratação por meio de Chamada Pública é adequada, oportuna e plenamente justificável.



12

13.2 A contratação dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, atende às exigências legais, notadamente o disposto na Lei nº 11.947/2009, nas Resoluções do FNDE aplicáveis e na Lei nº 14.133/2021, contribui para a qualidade da alimentação escolar, respeitando hábitos culturais e incentivando a adoção de práticas alimentares saudáveis nas escolas, estimula o desenvolvimento local sustentável, promovendo a geração de renda, a valorização da produção familiar e a permanência das famílias no campo, favorece a inclusão de comunidades tradicionais, como o território quilombola, respeitando suas especificidades culturais e alimentares, apresenta viabilidade técnica e econômica, conforme o levantamento de mercado realizado no município e está em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, especialmente mediante práticas agroecológicas e ações de educação ambiental.

13.3 Diante do exposto, manifesta-se o posicionamento favorável à contratação pretendida, recomendando-se a continuidade das etapas subsequentes, com a publicação da Chamada Pública, observando-se as providências previstas neste Estudo Técnico Preliminar e garantindo-se a transparência, a eficiência e a legalidade de todo o processo.

Rio Formoso, 15 de abril de 2025.



JOSÉ JÚNIOR DA SILVA
Diretor do Departamento de Apoio Administrativo.